

# MUNDOS E FUNDOS

José Chrispiniano  
Jornalista



*O governo Lula pretende estimular a expansão dos fundos de pensão — os atuais já administram quase R\$ 190 bilhões. Têm participado, como ativos protagonistas, da especulação financeira e de grandes negócios empresariais, como as privatizações realizadas nos dois mandatos de FHC e as posteriores demissões em massa*

**A** retomada pelo governo Lula do PL 9, agora incorporado à PEC 40, chama atenção para um setor da economia por si só gigantesco dentro do mercado de capitais, por possuir um patrimônio de R\$ 189 bilhões, e que crescerá ainda mais com a aprovação do projeto: os fundos de pensão complementar. A Emenda Lula abre a possibilidade de criação de fundos de previdência para os servidores públicos que vierem a ingressar na União, estados e municípios e que ganhem acima do teto do INSS, hoje em R\$ 1.561 e que o governo propõe aumentar para R\$ 2.400.

Assim, caso vingue a PEC 40, o valor máximo da aposentadoria dos futuros servidores públicos (ou dos atuais que optarem pelo novo sistema) será igual aos dos trabalhadores da iniciativa privada. Se quiserem receber além do que garante o INSS, os servidores terão que aderir a um fundo de pensão. Dezenas desses fundos serão criados nos estados e municípios, e certamente um gigantesco fundo federal, o que atíça o setor financeiro já cevado por

uma década de benesses do neoliberalismo.

Os fundos de pensão surgiram no Brasil antes mesmo da Previdência Social. São a antiga previdência privada (“caixas de pecúlio”), que hoje adotou o nome mais politicamente correto de previdência complementar. O maior

*Os maiores fundos existentes no país já são ligados ao poder público (estatais como a Petrobras e BB) e a ex-estatais*

do país, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), dotada de um patrimônio superior a R\$ 43 bilhões, foi criada em 1904 e hoje representa sozinha quase 23% do setor. A previdência complementar funciona pelo regime de capitalização: cada participante contribui, junto com o seu empregador, para a formação de uma poupança coletiva cujos

investimentos são administrados pelo fundo. Os recursos que irão custear a aposentadoria saem da soma das contribuições, mais a rentabilidade dos investimentos do fundo, menos os gastos com a sua administração.

Dentro desta fórmula básica existe uma série de tipos diferentes de fundos de previdência. No Brasil os fundos são, na sua maior parte, os chamados fechados, que administram cerca de 96% do patrimônio do setor. Os fundos abertos são aqueles dos quais qualquer pessoa pode participar e em geral são oferecidos no mercado por bancos e seguradoras. Dos fundos fechados, constituídos como entidades fundacionais de direito privado sem fins lucrativos, só podem participar trabalhadores que integram um determinado grupo, normalmente vinculado a uma empresa ou a um conglomerado que é conhecido como o “patrocinador” do fundo, e que contribui para o fundo proporcionalmente ao trabalhador. Há exceções na iniciativa privada de participantes cujas contribuições são inteiramente bancadas pelo empregador, dentro de uma política de recursos humanos de longo prazo.

O que o PL 9 estabelecia no caso dos futuros fundos a serem instituídos pelos governos é que a contribuição seja obrigatoriamente idêntica entre as duas partes. Na PEC 40 esta referência foi suprimida. Se os fundos forem criados com base no que dizia o PL 9, para cada real que o servidor pague para o fundo, o Estado contribuirá também com um real. Na atual previdência do servidor público, para cada real que ele contribui o Estado (União, unidade da federação ou município) é obrigado a contribuir com dois.

Os maiores fundos existentes hoje no Brasil já são aqueles ligados ao poder público (ver lista), formados por funcionários de estatais ou de empresas recentemente privatizadas. Representam uma massa imensa de capitais de investimento. É, em tese, um dinheiro mais barato do que o disponível nos bancos, porque os fundos só precisam ter rendimentos anuais acima de 6% para cumprir sua meta de equilíbrio atuarial e tendem a fazer investimentos de longo prazo.

Os recursos são regulados por uma série de limitações legais, como a proibição de empréstimos para a empresa patrocinadora do fundo. Mas os futuros fundos para servidores públicos previstos na PEC 40 poderão investir em títulos da dívida pública de emissão federal, o que pode dar margem a distorções. Segundo o atuário Clóvis Luís Marcolin, até porque os mercados de ações e imóveis não têm tamanho suficiente para absorver os recur-

sos dos fundos de pensão, “formar poupanças para os mercados financeiros, hoje, significa acumular recursos para emprestar ao governo federal, pois não há outro tomador às taxas de juros praticadas no país.”

Quem controla os recursos do fundo é seu patrocinador, ou seja, o empregador, que tem maioria nas instâncias de decisão, e não seus contribuintes, os participantes do fundo. Embora em alguns fundos exista paridade nos conselhos de gestão, os participantes não indicam nomes para a direto-

*As privatizações fizeram passar ao controle da iniciativa privada o capital acumulado dos fundos de pensão das empresas privatizadas*

ria-executiva, que contrata os administradores dos fundos e executa as decisões de investimento no dia-a-dia (à exceção, desde 2001, da Previ, onde há paridade também na indicação de diretores).

Uma quantidade imensa de empregos e influência gira em torno destes investimentos. Os fundos podem gastar até 15% da receita para financiar custeios — e a Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), controlada pelos patrocinadores

e gestores dos fundos, defende junto à Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão do Ministério da Previdência Social que regulamenta o setor, que não deveria existir teto algum para estas despesas. “Os custos não podem ficar em 15% porque cada entidade tem tamanhos e despesas diferenciadas”, afirma Paulo Angelo, diretor da Abrapp, na revista da entidade. Segundo o economista Milko Matijascic, da Unicamp, os custos administrativos do INSS, que gere um sistema de repartição e não de capitalização, consomem apenas 6,5% do valor total gasto com os benefícios.

Além dos cargos na gerência, os fundos têm influência nas empresas em que detêm investimentos. A Previ, por exemplo, controla 343 cargos com alta remuneração em conselhos fiscais e de administração das empresas onde possui ações. São companhias dos mais diversos setores, inclusive bancos. Como o mercado financeiro brasileiro é relativamente pequeno, o poder dos fundos de pensão dentro deles é enorme. “Para se ter uma idéia, a Previ tem aproximadamente R\$ 15 bilhões na Bolsa de Valores. Se resolver sair do negócio, a Bolsa quebra”, explica Marcolin. “Mais do que estarem sujeitos às flutuações dos mercados, os fundos acumulados, se não direcionados para investimentos produtivos, podem manipular quaisquer mercados no Brasil, dada a pouca expressividade que estes possuem.”

No caso das estatais, quem controla realmente os fundos aca-

Daniel Garcia



Professor Ricardo Bellofiore

ba sendo o próprio governo, que muitas vezes usa estes recursos para financiar suas políticas de desenvolvimento. O governo atual vem discutindo a atuação conjunta dos investimentos dos fundos de estatais com as novas diretrizes de política de investimento do BNDES. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso o foco dos fundos foram as privatizações, nas quais eles foram essenciais para viabilizar compradores para muitas estatais.

O governo também usou os fundos na “escolha” dos consórcios empresariais que viriam a adquirir determinada empresa. Apenas a Previ comprou 15% da Usiminas e da Acesita, e 9,8% da Embraer, mesmo percentual adquirido pelo Sistel (ligada às empresas do antigo sistema de telefonia Telebrás). Foi também a Previ que viabilizou com seus recursos a compra da Vale do Rio Doce pelo consórcio liderado pelo empresário Benjamin Steinbruch. Na composição acionária pós-privatização, 15% das ações da Vale pertenciam a fundos de pensão, os quais teriam depois excelentes rendimentos com os investimentos na Vale. Quem perdeu foi o país, profundamente lesado com a venda de uma de suas mais importan-

## O BANCO MUNDIAL E SUAS TRÊS “PILASTRAS”

“Um dos nós sobre os quais a política econômica dos últimos anos voltou com mais insistência é o das despesas com pensões [aposentadorias]. Trata-se, na realidade, de uma das armas da ofensiva neoliberal dos governos e do patronato, em quase todos os países, ao menos a partir de um relatório do Banco Mundial, ‘Adverting the old age crisis: Policies to protect the old and promote growth’, divulgado em 1994.

Sustentava-se ali a oportunidade do sistema de pensões articular-se sobre três ‘pilastras’. A primeira, constituída pelo sistema público, obrigatório, a repartição e a prestação definida, que deveria limitar-se a garantir um nível mínimo de pensão: neste caso, de fato, os atuais trabalhadores com as próprias contribuições pagam a pensão dos atuais pensionistas [aposentados] através da mediação do Estado. A segunda pilastra, igualmente obrigatória, é um sistema privado com capitalização, possivelmente com contribuições definidas: neste caso, os trabalhadores fazem poupança financeira com fins previdenciários

em contas individuais, que são investidas por gestores institucionais, os ‘fundos de pensão’, que lucram um rendimento que se acumula no tempo como capital e que lhes garantirá o dinheiro das pensões quando se aposentem. A terceira, facultativa, e também privada e com capitalização, é, pelo contrário, dada às eventuais reservas ulteriores com fins pensionísticos de natureza voluntária.

A tese do Banco Mundial — mas, logo após, de todos os responsáveis pela política econômica — é que as tendências demográficas e as mudanças estruturais do capitalismo conduzem inelutavelmente para um decidido e rápido enfraquecimento da primeira pilastra e, portanto, em direção à necessidade de um reforço substancial da segunda, que vem, assim, a constituir-se como o sustentáculo do sistema previdenciário. As razões são repetidas, de tal modo que parecem óbvias e dotadas da força do senso comum.”

**Ricardo Bellofiore**, “O capitalismo dos fundos de pensão” (*Revista Outubro*, nº 7, 2002)

tes empresas, possuidora de reservas estratégicas de minerais.

O caso mais célebre do período ocorreu em 1998, no leilão das empresas de telecomunicações, as famosas “teles”. O então diretor da área internacional do



Banco do Brasil, Ricardo Sérgio, atuou fortemente junto ao diretor de investimentos do fundo, João Bosco Madeiro da Costa, para que a Previ se aliasse ao consórcio Telemar, do empresário Carlos Jereissati, na disputa da área do leilão conhecida como Tele-Norte, que abrange a telefonia fixa de 16 estados, inclusive Minas Gerais e Rio de Janeiro. Graças ao dinheiro da Previ a Telemar adquiriu a concessão com apenas 1% de ágio. Gravações telefônicas clandestinas do famoso “escândalo do grampos do BNDES” tornaram famosa a frase de Ricardo Sérgio, em comentário sobre a atuação do governo junto aos fundos às vésperas do leilão das teles: “Estamos no limite da nossa irresponsabilidade”. O escândalo derrubou Luis Carlos Mendonça de Barros do Ministério das Comunicações e implicou o próprio FHC.

Os fundos das empresas privatizadas, como o Telos (Embratel), Sistel (Telebrás) e Banesprev (Banepa), também foram em certo sentido “privatizados”, porque os capitais continuaram sendo controlados pelo patrocinador, mas o patrocinador mudou. Saiu o Estado e entrou a companhia norte-americana envolvida em escândalos contábeis MCI/WorldCom, no caso do Telos, o grupo financeiro espanhol Santander no Banesprev e empresas de telefonia, entre elas a Portugal Telecom e a própria Telemar, no caso do Sistel.

Lula declarou durante a campanha que é seu objetivo incentivar o

crescimento do setor de fundos de pensão no Brasil. Em maio de 2000, quando ainda era assessor do candidato, o economista Guido Mantega (hoje ministro do Planejamento) declarou ao sítio da Internet “no.” (comentando o fato de que um grupo de sindicalistas ligados ao PT equilibrara a disputa de poder dentro da Previ) que, havendo espaço, “a Previ pode ser um instrumento para ampliar o mercado de consumo de massas e incrementar a poupança interna”, mas “o fato é que o núcleo de decisão permanece indicado pelo governo federal”.

*A Força Sindical  
presta consultoria à  
AFL-CIO nos ricos  
negócios do fundo  
de pensão daquela  
central no Brasil*

José Ricardo Sasseron, presidente da Associação Nacional de Participantes em Fundos de Pensão (Anapar) e diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, concorda com a afirmação de Mantega. “Louco é o governo que abre mão de fundo de pensão. Hoje é a principal forma de poupança no mundo. Porque você acumula reserva por 20, 30 anos, então ele pode ser usado em investimentos de longo prazo. Os fundos podem discutir com o governo áreas prioritárias de

investimento, desde que tenham garantia de retorno. Em geral os fundos trabalham com rendimento de inflação mais 6%. Isso é um dinheiro barato.”

Agora, o PT, por intermédio da PEC 40 e também do estímulo aos chamados “fundos instituídos” — ou seja, fundos criados por sindicatos ou associações das mais diversas naturezas — visa usar o setor como fonte de investimentos para o crescimento da economia. A Força Sindical já tem um projeto para criar seu próprio fundo de pensão em estágio bem avançado, e até mesmo a Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (Anasps) também está criando o seu, o Anasprev, administrado pelo Banco do Brasil.

O uso de fundos de pensão para aumento do nível de poupança interna e do crescimento baseia-se no chamado “capitalismo dos fundos de pensão”, também apelidado de “capitalismo popular” por alguns entusiastas, como a revista *Veja*. Segundo o cenário ideal, os grandes investidores no mercado de ações seriam fundos de pensão formados por milhares de trabalhadores. Assim, ao mesmo tempo seriam pulverizados os investidores através dos fundos e os proprietários através do fracionamento das ações. O modelo fascinou e fascina tanto a direita, a começar por instituições como o Banco Mundial e a conservadora Fundação Heritage, ligada ao Partido Republicano dos Estados Unidos, como parte dos partidos e sindicatos de centro-esquerda,

chegando mesmo a ser chamado, em artigo de 1999 de Robin Blackburn na *New Left Review*, de um possível “novo coletivismo”, que teria o potencial de fazer valer, através dos fundos, os interesses dos trabalhadores nas direções das empresas.

Por meio dos fundos, prevê o modelo, o trabalhador na ativa teria sua aposentadoria garantida por seus investimentos e transformar-se-ia, desse modo, em um aposentado capitalista. Ou ainda, no título de um artigo do economista Paulo Rabello de Castro, da Fundação Getúlio Vargas: “Operários ou acionistas?” O artigo louva a adesão do PT ao novo modelo. Para Rabello de Castro, a defesa de uma reforma que se baseie em fundos de previdência é uma... “Mudança para melhor, que não desmente, mas enriquece as outras partes do discurso político e social do PT.”

Mudança que seria fruto, na interpretação de Rabello de Castro, da vivência profissional de colaboradores próximos do presidente Lula. Isso porque Luís Gushiken, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, ex-deputado federal e atual secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, foi sócio da Gushiken e Associados, empresa que prestou consultoria na área de previdência complementar. Segundo a empresa, Gushiken se afastou da sociedade e hoje a consultoria se chama Global Previ. Em 2000, o deputado federal Ricardo Berzoini, também ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São

Daniel Garcia

**Ricardo Patah**

*A pressão dos fundos por negócios lucrativos aumenta a especulação financeira e a pressão sobre os próprios trabalhadores*

Paulo, hoje ministro da Previdência Social, era o principal interlocutor político dos sindicalistas que estavam no conselho da Previ.

Rabello de Castro está oferecendo consultoria para a implantação do fundo de pensão da Força Sindical. Segundo Ricardo Patah, tesoureiro da entidade, um dos objetivos pretendidos pela central com a criação do seu próprio fundo de pensão seria justamente atuar em defesa do trabalhador como um acionista. “Temos potencial de crescimento, para investir

em setores e empresas que favoreçam os trabalhadores”, diz ele. Patah conta também que a central brasileira está conversando com a central sindical norte-americana AFL-CIO, que gere um gigantesco fundo de pensão, para orientá-los a investir no Brasil, “em empresas que respeitem os direitos dos trabalhadores”. Patah espera que o sindicato, na mesa dos acionistas das empresas, passe a ter maior poder de negociação. Com a criação do fundo a Força Sindical não seria mais apenas uma entidade ligada ao trabalho, mas assumiria também o papel de investidor financeiro, do capitalista.

Um crítico do “capitalismo dos fundos de pensão” é o economista italiano Ricardo Bellofiore, professor da Università Degli Studi, de Bergamo. Bellofiore considera, citando outro economista, o célebre John Maynard Keynes, que “como coletividade, não podemos fazer reserva para o consumo futuro, mediante mecanismos financeiros, mas apenas pela produção física corrente.” Ou seja, será a economia do presente, sempre, que bancará a renda daqueles que não mais fazem parte da força de trabalho ativa, os aposentados. O que muda são os meios desta transferência.

Bellofiore acredita que o mercado financeiro inflado pela poupança dos fundos tende a tomar a si próprio cada vez mais como referência, descolando-se do valor real da produção e provocando especulação graças à liberdade de capitais, gerando assim instabilidade, principalmente nas áreas

periféricas do sistema capitalista, como o Brasil. A pressão “dos mercados” para que os investimentos tenham rendimentos cada vez mais altos, e a liquidez que os fundos de pensão requerem, recairiam justamente sobre o trabalho, aumentando sua precariedade e reduzindo salários. “No fundo, o reformismo dos fundos de pensão equivale a procurar uma saída deste inferno; consiste em fazer voltar aos trabalhadores como rendimento de renda o que lhe foge como rendimento do trabalho. Pena que a idéia, além de duvidosa economicamente, é socialmente destrutiva”, considera Bellofiore.

Também contrário ao modelo, o atuário Marcolin observa que o crescimento dos fundos no Brasil, muito superior ao do PIB e obtido graças aos seus investimentos na dívida pública e às altas taxas de juros, traduz-se em concentração de renda: “O PIB cresceu 1,4% em 2002, os fundos precisaram acumular 6%. A diferença de aproximadamente 4,4% representou a fatia que o sistema precisou concentrar para atingir sua elevada meta de 6%. O modelo atual é concentrador de riqueza e não contribui para o desenvolvimento e crescimento do país. Existem estudos realizados que demonstram não haver correlação entre o crescimento do PIB e o volume de recursos acumulados pelos fundos de pensão no Brasil”.

Uma discussão importante, no tocante à natureza dos fundos, é sobre se eles devem ser de contribuição definida ou benefício defi-

nido. A diferença de uma palavra não é mero detalhe. Nos fundos de benefício definido, o trabalhador estabelece qual será sua aposentadoria e faz contribuições junto ao empregador para atingir a meta necessária para receber este benefício. Caso o fundo tenha um desempenho melhor do que o seu objetivo, o trabalhador pode chegar até a ficar algum tempo sem precisar contribuir. Se tiver desempenho pior, o patrocinador do fundo e os participantes, às vezes até os aposentados, são chamados a contribuir mais para

*“O governo planeja estabelecer a contribuição definida em todas as estatais”, denuncia Fernando Siqueira, presidente da Aepet*

restabelecer o fundo, cobrindo o chamado déficit atuarial. Já nos fundos de contribuição definida, como o próprio nome indica, o pagamento feito pelo trabalhador é fixo, mas o benefício que irá receber como aposentadoria varia de acordo com o desempenho dos rendimentos do fundo. Ou seja, é imprevisível e depende do mercado financeiro.

O PL 9 tornava obrigatório que os novos fundos fossem de contribuição fixa, o modelo preferido pelo sistema financeiro. A razão

da preferência é simples. Não existe déficit no modelo de contribuição definida, porque é um investimento sem garantia assumida. O risco é todo do participante. Eventuais resultados negativos simplesmente caem no colo dos trabalhadores, que terão o valor dos seus benefícios reduzidos.

Antes da retirada do PL 9 pelo governo Lula, foi apresentado na Câmara um Destaque de Votação em Separado que estabelecia a obrigatoriedade de que os fundos estabelecidos fossem de benefício definido. Para facilitar a aprovação do projeto, o ministro Berzoini apresentou uma emenda que suprimiu a obrigatoriedade da contribuição definida que constava do texto original. Finalmente, a PEC 40 manteve essa questão em aberto. Berzoini defende que cada plano deve adotar uma estratégia atuarial e a partir daí definir seu modelo. O que empurrará este debate para o momento de formação de cada fundo, o que, particularmente nos estados e municípios, deve abrir caminho para uma proliferação de fundos baseados em contribuição definida.

Sasseron, presidente da Anapar, está de pleno acordo. “Dessa forma, na União por exemplo, você pode ter planos diferentes. Para os que têm uma média salarial maior, pode ser mais conveniente um plano de benefício definido. Para uma categoria de servidores que tenham uma média salarial menor, sem uma vinculação direta com o teto da Previdência, pode ser melhor o de contribuição de-

## Ranking dos fundos de previdência complementar (Dez/2002)

Posição	Entidade	Ativos de investimento (em R\$ mil)	Participantes			Subtotal (a+b)	Total
			ativos	assistidos (a)	pensionistas (b)		
1	Previ (Banco do Brasil)	43.459.968	73.926	52.927	17.273	70.200	144.12
2	Petros (Petrobras)	18.607.500	38.816	41.228	10.431	51.659	90.475
3	Funcef (CEF)	9.368.898	49.321	15.394	3.478	18.872	68.193
4	Sistel (Sistema Telebrás)	9.200.717	33.344	26.710	9.817	36.527	69.871
5	CESP	6.632.841	20.271	21.366	4.363	25.729	46.000
6	Centrus (Banco Central)	4.133.919	84	1.146	772	1.918	2.002
7	Itaubanco (Itaú)	3.998.058	34.796	5.336	925	6.261	41.057
8	Valia (Vale do Rio Doce)	3.996.844	27.038	13.752	5.151	18.903	45.941
9	Forluz (Cemig)	2.819.380	11.492	8.264	1.686	9.950	21.442
10	Real Grandeza (Furnas)	2.300.178	4.621	5.658	1.289	6.947	11.568
11	Banesprev* (Banespa)	2.129.440	13.252	4.237	814	5.051	18.303
12	Fapes (BNDES)	1.914.321	1.801	848	247	1.095	2.896
13	Telos (Embratel)	1.880.488	7.421	4.157	906	5.063	12.484
14	Refer (RFFSA)	1.696.922	5.977	22.214	18.948	41.162	47.139
15	Copel (CP Energia)	1.599.753	6.438	4.613	1.109	5.722	12.160
16	Funbep (Banestado)	1.396.005	3.505	3.903	710	4.613	8.118
17	Postalís (Correio)	1.331.296	91.296	3.815	7.563	11.378	102.674
18	Economus (B. Econômico)	1.286.367	13.642	1.610	299	1.909	15.551
19	CCF	1.281.996	41.683	4.322	1.390	5.712	47.395
20	Aerus (Varig)	1.246.539	31.343	6.050	1.754	7.804	39.147

(\*) Os dados de participantes referem-se ao mês de Novembro/2002

Fonte: Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

finida. A gente defende que fique em aberto para que isso seja objeto de negociação entre o servidor e o ente público.”

Luís Antonio Castagna Maia, advogado especializado em previdência, em entrevista concedida a uma publicação da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA), critica fortemente a adoção dos planos de contribuição definida. “Quem se aposenta quer tranquilidade, quer garantia. Os planos de contribuição definida jogam o participante no mercado financeiro. Os planos de benefi-

cio definido, por outro lado, garantem a permanência da renda semelhante à que se tinha quando em atividade. Seguramente a melhor escolha é dos planos de benefício definido. O aposentado, o trabalhador de forma geral, não tem controle sobre aplicações.”

Maia não vê com bons olhos o perfil dos investimentos dos fundos de contribuição definida: “Se o governo olhar do ponto de vista estratégico, o melhor plano é o de benefícios definidos. Em um plano de benefícios definidos deve-se buscar atingir a meta

atuarial, ou seja, o desempenho ideal do plano segundo o que for mensurado pelo atuário. Atingido o desempenho, o plano está estruturado. Não precisa, portanto, ‘buscar o máximo no menor tempo possível’. Já nos planos de contribuição definida há exatamente o contrário: como a aposentadoria depende da rentabilidade, o fundo tem que ganhar o máximo no menor tempo. Ou seja, o fundo de pensão vira um especulador a mais” (a entrevista completa pode ser lida no sítio [www.anapar.com.br](http://www.anapar.com.br)).



Na realidade, para os defensores liberais da reforma da Previdência, sem contribuição definida não há reforma. O economista Vinícius Carvalho Pinheiro, especialista em previdência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que congrega os países mais desenvolvidos do mundo e alguns subdesenvolvidos como o México (mas que não inclui o Brasil), considera que em caso de aprovação do sistema de benefício definido seria melhor desistir deste modelo de reforma da Previdência. “Este é um ponto fundamental na discussão, pois caso o sistema complementar funcione, exclusivamente, na base de benefício definido, na prática, pouco se muda em relação ao sistema atual e seria melhor para os servidores e para o Estado manter o sistema de repartição, alterando as regras de cálculo do benefício”, afirma em artigo sobre o tema no qual designa a questão benefícios definidos *versus* contribuição definida como o “ponto crítico número 1” da aprovação do PL 9.

Um caso curioso de mudança de posições neste tema poderá vir a acontecer dentro do segundo maior fundo de pensões do país, o Petros, ligado à Petrobras. No governo FHC a direção do Petros implantou a mudança de benefício para contribuição definida e fechou o plano antigo, baseado em benefício definido, para novos associados. Uma parte dos funcionários da ativa e dos aposentados já tinham feito a mi-

gração para o novo plano quando um sindicato de petroleiros, por meio de liminar na justiça, barrou o processo.

Wilson Santarosa era então representante eleito dos participantes do fundo no Conselho de Gestão do Petros, e um dos sindicalistas que lutaram para barrar o plano. Hoje Santarosa é presidente do Conselho de Gestão do Petros, indicado pela direção da Petrobras, e ao mesmo tempo assessor de José Eduardo Dutra, presidente da estatal. Para a presidência da Petros foi nomeado Wagner Pi-

*O escândalo da Enron  
revela que os fundos  
de contribuição  
definida transformam  
a aposentadoria em  
aposta de alto risco*

neiro, ex-diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e do Banesprev. Pinheiro deve apresentar, novamente, um plano para mudar o Petros de benefício para contribuição definida, o que colocaria Santarosa em xeque.

Um dos motivos para a pressão da empresa na implantação do modelo de contribuição definida deve-se ao fato de a empresa ter ações na Bolsa de Nova York. A Security Exchange Commission, a agência de mercado de capitais dos Estados Unidos, exige que o

balanço da Petrobras adote as regras da legislação do país nos seus compromissos com os fundos de pensão. E a lei norte-americana não aceita que os déficits atuariais de fundos de previdência sejam parcialmente cobertos pela empresa, um dos princípios dos planos de benefício definido. Ou seja, o plano de previdência da Petrobras no Brasil tem que mudar para se adequar à legislação. Dos Estados Unidos.

“Há um plano do governo de estabelecer a contribuição definida em todas as estatais”, acredita Fernando Leite Siqueira, presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet). No Banco do Brasil, desde 1997 o plano já é de contribuição definida para quem ingressa. Na Funcef, fundo de previdência da Caixa Econômica Federal, a situação hoje é igual à do Petros, com um plano de alteração do fundo parado por uma liminar na justiça e uma nova proposta de fim do benefício definido sendo negociada com o governo federal. Para Leite Siqueira, com a mudança na Previdência, muitos funcionários da Petrobras, principalmente os de nível superior e especialização, devem sair da empresa. “A minha guerra contra o plano de contribuição definida é porque ele iguala a Petrobras a qualquer empresa multinacional que explora o trabalhador.”

O maior desastre do modelo de fundos de pensão aconteceu justamente onde mais existem esses fundos e onde eles são menos regulados, os Estados Unidos:

a quebra da empresa do setor de energia, Enron. O escândalo da empresa envolveu justamente fraudes contábeis e manipulação do fundo de previdência de contribuição definida que ela oferecia aos seus funcionários. A Enron, que no Brasil controla a distribuidora de energia Elektron, passou a fazer suas contribuições como empregadora, para o fundo de pensão da empresa, em ações da própria empresa, não em dinheiro. Dessa forma, o fundo dos trabalhadores concentrava seus investimentos na própria Enron, o que valorizava artificialmente o valor das ações da companhia, fazendo parecer que receber ações da empresa era melhor negócio do que receber em dinheiro. Quando a empresa quebrou e as ações caíram violentamente, muitos empregados perderam o emprego, e também o que haviam acumulado para sua aposentadoria. Os executivos da Enron venderam suas ações quando ainda valiam muito, antes de o escândalo vir a tona.

A legislação brasileira estabelece teto de investimento em ações de 60% do patrimônio do fundo, sendo que apenas 5% do patrimônio do fundo pode estar comprometido com ações de uma única empresa. Existe também um limite de propriedade em 20% de ações da empresa que patrocina o fundo. Estas regulamentações e a concentração de investimentos em títulos da dívida pública dificultam um caso nos moldes da Enron no Brasil. Mas o escândalo mostra que os

fundos de contribuição definida transformam a aposentadoria em uma aposta de alto risco, sem garantias. “Você fica sujeito a administradores que você não indica”, explica Leite Siqueira.

Os fundos de pensão brasileiros têm seus próprios embriões de desastres. O fundo Aerus, por exemplo, que tem como patrocinador a Varig, é credor de uma dívida da empresa de R\$ 870 milhões em contribuições não pagas, dívida que está escalonada para ser paga em 217 parcelas que vão até abril de 2022. Do patrimônio total do fundo, 70% são constituídos por esta dívida com a empresa, que vive uma crise própria dentro da crise do setor de aviação, e que está em complicado processo de fusão com a TAM ou com a Vasp. Por enquanto o fundo ainda está em dia com os pagamentos aos seus participantes, mas o Aerus já fechou seu antigo plano de benefício definido.

E quanto a negócios esquisitos envolvendo fundos de pensão, empresas privatizadas e políticos serem coisa do passado ou dos Estados Unidos, esta nota foi publicada na coluna da jornalista Mônica Bérghamo, no jornal *Folha de S. Paulo* de 17 de abril de 2003, sob o título “Iluminados”:

*A AES está na mira dos ex-ministros tucanos Luiz Carlos Mendonça de Barros e Andrea Matarazzo: os dois estão montando um pacote para tornar atraente a entrada de dinheiro novo na empresa, que enfrenta graves problemas financeiros. A idéia de Mendonça de Barros não é colocar recursos próprios no*

*negócio, mas sim atrair outros investidores. Não está descartada a possibilidade de fundos de estatais de energia, como a Cesp, entrarem no pacote.*

Como já vimos, Mendonça de Barros era Ministro das Comunicações e teve que deixar seu cargo devido ao envolvimento no escândalo dos grampos do BNDES. A AES, que adquiriu a Eletropaulo, é uma empresa norte-americana do setor de energia. A AES possui uma dívida com parcelas não pagas com o BNDES, em razão do empréstimo tomado para a compra da própria Eletropaulo. Ela é uma das patrocinadoras, logo uma das controladoras, do fundo de pensão da Cesp, o 5º maior do país, com 46 mil participantes. Entre as outras empresas que controlam o fundo estão a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, empresa estatal controlada pelo governo do Estado de São Paulo, hoje exercido pelo PSDB, mesmo partido a que pertencem Mendonça de Barros e Matarazzo. Para fechar o quadro, também participa do controle do fundo da Cesp a Elektro. Ou seja, o imbróglio tem um enredo digno de nota: seria a própria Enron em mais uma duvidosa empreitada, a de salvar uma empresa em dificuldade financeira com o dinheiro da aposentadoria dos seus funcionários. A recente revelação de que AES e Enro conspiraram, durante o leilão da Eletropaulo, para depreciar o preço da empresa brasileira, acrescenta mais um ingrediente picante nesta apimentada história.